

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.787 - SP (2019/0145850-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518
ANDERSON FERREIRA DA SILVA - SP359322
RECORRIDO : PAULO LUIZ DE VITA
RECORRIDO : ENEIDA ELIZABETH BAROLDI
RECORRIDO : PAULO LUIZ DE VITA JUNIOR
RECORRIDO : SILENE GUIMARAES DE VITA
ADVOGADOS : FLÁVIO CORREIA DE PINHO - SP028167
LEANDRO BUENO DE AGUIAR - SP151704

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, apresentado por BANCO DO BRASIL SA, com fulcro no art. 105, inciso III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de origem.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de BANCO DO BRASIL SA, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao Dr. Nei Calderon, subscritor do recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, ficou-se inerte. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no

Superior Tribunal de Justiça

importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

